

Literatura, Arte e Feminismos

Adriana de Fátima A. L. Barbosa
Susana Souto Silva
(organizadoras)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Fernando César Lima Leite
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
: Carlos José Souza de Alvarenga
: Estevão Chaves de Rezende Martins
: Flávia Millena Biroli Tokarski
: Jorge Madeira Nogueira
: Maria Lidia Bueno Fernandes
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
: Sely Maria de Souza Costa
: Verônica Moreira Amado



Literatura, Arte e Feminismos

Adriana de Fátima Alexandrino Lima Barbosa
Susana Souto Silva
(organizadoras)



	Equipe editorial
Coordenação de produção editorial	Luciana Lins Camello Galvão
Preparação e revisão	Elaine Pires
Projeto gráfico	Wladimir de Andrade Oliveira
Diagramação	Haroldo Brito
	© 2019 Editora Universidade de Brasília
	Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília
	SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
	Telefone: (61) 3035-4200
	Site: www.editora.unb.br
	E-mail: contatoeditora@unb.br
	Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.
	Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

L766 Literatura, arte e feminismos / Adriana de Fátima Alexandrino
Lima Barbosa, Susana Souto Silva (organizadoras). – Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 2021.
202 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-008-4

1. Literatura. 2. Arte. 3. Feminismo. I. Barbosa, Adriana de
Fátima Alexandrino Lima (org.). II. Silva, Susana Souto (org.).
III. Série.

CDU 82:396

Sumário

Apresentação 7

Capítulo 1

Mulheres: caminhos e atalhos na ficção de Clarice Lispector 11

Nádia Battella Gotlib

Introdução: o mito e a desmitificação 12

Um conto: Luísa. Uma situação 17

Uma crônica: Artemira. Um retrato 19

Um romance: Janair. Um processo 23

Conclusão. É a hora 25

Capítulo 2

“Mulher é gente tão infeliz... Carece de ter coragem” – Diadorim & Grande Sertão: Veredas 29

Caroline Neres de Andrade

“Tão galante moço, as feições finas caprichadas” 30

“Saudade de ideia e saudade de coração” 36

“Nas estórias, nos livros, não é desse jeito?” 39

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” 45

“Mulher é gente tão infeliz... Carece de ter coragem” 52

Capítulo 3

O feminino e a insurreição pela linguagem 69

Ondina Pena Pereira

Capítulo 4

Feminismo, revolução e artes visuais 81

Raísa Curty

Capítulo 5

A paz só aparece nessas horas, em que a guerra é transferida, viu? (ou o estridente presságio de 2019 no Brasil) 89

Hilan Bensusan

Capítulo 6

O discurso da feitiçaria e o transe do neoliberalismo 97

Susan de Oliveira

Capítulo 7

“Irmãs”, de Kollontai: o debate sobre o lugar da mulher na literatura e na práxis social 113

Carla Cristina Guimarães

Thais Cristina da Silva

Alexandra Kollontai: vida e militância 115

O conto “Irmãs” à luz dos pressupostos de Kollontai 120

Capítulo 8

O consumo da arte negra: desafiando ou reproduzindo os discursos coloniais? 133

Milena Britto

O pós-colonial *versus* o colonial nas artes 133

Arte negra para quem? 139

Capítulo 9

Lygia Fagundes Telles e os percalços da autoria feminina 153

Lizandra Filgueiras Andrade

O lugar da autoria feminina 161

Escreva como uma mulher: a busca pela manifestação artística do “eu” 166

Capítulo 10

Inteligência coletiva e amizade política: por uma teoria da vanguarda feminista 177

Cecilia Palmeiro

As línguas das loucas 180

Quando a história se torna crítica, a arte se radicaliza 184

Poética e vanguarda 189



7

Capítulo 7

“Irmãs”, de Kollontai: o debate sobre o lugar da mulher na literatura e na práxis social

Carla Cristina Guimarães
Thais Cristina da Silva

A proposta deste capítulo é expor de que maneira o papel transformador da literatura, já evidenciado por Candido no seu célebre ensaio “O direito à literatura” (2011), pode nos apresentar novas reflexões acerca do lugar da mulher na nossa sociedade. Para tanto, proporemos uma análise do conto “Irmãs”, de Kollontai (2011), e uma breve apresentação de sua vida e de sua construção estética. Todos esses elementos são importantes, pois, à medida que Kollontai nos apresenta suas reflexões, ela também nos exhibe um universo de possibilidades no encontro com o feminino na atualidade.

Cabe salientar que esse encontro vai muito além do simples deslocamento, muitas vezes entendido como a colisão com algo. O que apresentaremos aqui é uma percussão de ideias, de pensamentos e de vidas. Nesse sentido, o recuo necessário que a mulher precisa fazer para lidar com seu feminino é compreender seu lugar social e, a partir dessa percepção de si, reconhecer aquelas que a cercam, outras mulheres, como partícipes de um jogo imposto pelo patriarcado, que é o de soma zero, em que para alguém “ganhar” alguém necessariamente irá “perder”.

A ideia do jogo de soma zero parte de uma base dialética da compreensão de que dizer que alguma mulher se encontra em desigualdade é dizer, necessariamente, que algum homem está se beneficiando desse sistema. Sendo assim, ganhar ou perder para o feminino é apresentar quais são as contradições colocadas no mundo que fomentam o ciclo desse sistema. O resultado dessa percepção é o que vemos na história da tentativa de emancipação feminina, ou seja, mesmo aquelas mulheres que se julgam privilegiadas, seja por sua classe ou sua cor, elas ainda estão sendo colocadas na sociedade capitalista como apêndices de um sistema que, na realidade, precisa delas para sobreviver.

Apesar de não ser o objetivo deste capítulo, é importante introduzir o pensamento de Federici (2017), que vai nos apresentar um avanço na perspectiva marxiana no que se refere à compreensão do corpo da mulher como parte fundamental do sistema de acumulação primitiva. O que o capitalismo trouxe às mulheres após a derrota da resistência dos camponeses é a demonstração de que elas estavam no centro dessa disputa. Dessa maneira, acabar com as mulheres, diminuir sua força na comunidade e submetê-las aos interesses do novo modelo econômico era, portanto, o objetivo do capitalismo.

Nesse imperativo, a caça às bruxas apresentada por Federici (2017) cumpriu seu objetivo. É importante lembrar que esse período coincidiu com revoltas urbanas e rurais, com as guerras camponesas contra o cercamento dos campos e a privatização da terra, especialmente na Inglaterra entre os anos de 1549 e 1631, mas também com força na França e Alemanha, sendo que muitas delas foram iniciadas e dirigidas por mulheres. Enquanto isso, na América, a ideia da bruxaria era utilizada

para quebrar a resistência dos povos originários. Em 1871, durante a Comuna de Paris, a burguesia parisiense retomou o mito da bruxaria para demonizar as mulheres *communards*, acusando-as de quererem incendiar Paris. Nesse sentido, para Federici (2017, p. 319), a caça às bruxas foi “uma guerra de classes levada a cabo por outros meios”.

Dessa forma, demonizar e reprimir as mulheres significava intimidar e reprimir todos os insatisfeitos e os que ousavam se revoltar. Os homens que haviam sido expropriados, empobrecidos e criminalizados culpavam as bruxas pela sua desgraça e viam no poder que as mulheres tinham ganhado contra as autoridades uma ameaça que poderia se voltar contra eles. Além disso, estava em jogo a tarefa da reprodução da força de trabalho. O corpo das mulheres não podia mais ser controlado por elas mesmas. Era preciso torná-lo território sob o domínio do Estado. A caça às bruxas cumpriu essas tarefas à custa da vida e da dignidade de centenas de milhares de mulheres. Toda essa contextualização apresentada por Federici (2017) é a perspectiva necessária para que compreendamos a necessidade de um recuo até os escritos de Kollontai, que vai nos apresentar uma importante reflexão sobre o lugar da mulher no sistema capitalista no século XIX.

Alexandra Kollontai: vida e militância

Mas quem foi Alexandra Kollontai? Nascida no ano de 1872, em São Petersburgo, na Rússia, veio de uma família da nobreza latifundiária, em que seu pai era um general de origem ucraniana e a sua mãe uma camponesa de origem finlandesa. Aos 20 anos, casou-se com Vladimir Mikhaylovich Kollontai, de quem se apropriou do sobrenome, um jovem oficial do exército com quem teve um filho, Misha.

Em 1898, ela deixa ambos e junta-se ao Partido Social-democrata dos Trabalhadores Russos, atuando principalmente com as mulheres trabalhadoras. Por isso, ficou conhecida como uma das maiores líderes revolucionárias russas, teórica do marxismo, membro do partido bolchevique e militante ativa durante a Revolução Russa. Sua importância para a compreensão do papel da sociedade é fundamental para

os dias atuais. Dessa forma, este é um dos momentos mais importante para este capítulo, pois nos introduz Kollontai no centro das discussões sobre a necessidade de compreender o papel da mulher na sociedade, que culminaram na sua atuação durante o período da Revolução Russa.

A partir de 1840, a agricultura sobrevivia de recursos e técnicas rudimentares e, conseqüentemente, tinha uma produtividade muito pequena, por isso era preciso rever o sistema. Assim, em 1861, aboliu-se a servidão campesina, gerando a migração dessa população para as indústrias. Sobre esse momento histórico, Kollontai (1978, p. 15) analisa que:

Desde 1848, a influência do movimento operário europeu é sentida na Rússia, não no proletariado (quase inexistente), mas entre os intelectuais, jovens da burguesia e nobreza, que, profundamente idealistas, acreditam ver na comuna russa rural [...] a possível base estrutural para um socialismo russo campesino. [...] Com a abolição da servidão começa uma grande mudança na economia russa: aumenta imediatamente a produção agrícola, em consequência o mesmo acontece com a exportação de cereais [...]. Este desenvolvimento não implica, no entanto, nenhuma melhoria para o agricultor: as terras desde 1861 foram colocadas à sua disposição, seja por compra ou por arrendamento, foram avaliadas duas vezes o seu valor real [...].

O que Kollontai vai nos mostrar é que as mudanças não ofereceram nenhum desenvolvimento para os agricultores, ou seja, o aumento da produção agrícola não gerou a libertação deles, pelo contrário, a maioria das terras ainda estava sobre o controle dos aristocratas, enquanto os camponeses continuaram na miséria. E é nesses moldes que se configura a situação da mulher no âmbito das bases familiares, que será o nosso interesse neste trabalho, gestadas nesse período. Federici (2017) vai formular uma nova forma de narrar ao apresentar uma análise marxista e anticapitalista por meio da articulação de fontes históricas que demonstram o papel da mulher no desenvolvimento da sociedade.

Dessa forma, para este momento, é preciso que compreendamos que é por trás dessa organização que o sistema familiar foi se estabelecendo e que, a partir dele, encontramos a formação de muitos dos valores que ajudaram a construir os fundamentos da opressão feminina, uma vez que, por trás da formação da família, se desenrola um intenso sistema de valores e ideologias que estabelecem aos indivíduos quais lugares eles devem ocupar no mundo:

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio no capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina ser aceitos como normais, em vez de desqualificados “comportamento não conformista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 271).

O espírito estava em manter a ideologia do capital enquanto único e poderoso modo de vida. Portanto, naqueles que internalizavam a regra do capital de tal modo que em momento algum se perguntavam as razões de viver sob tais condições sociais e não outras. A família baseada no capital se estabelecia, sobretudo, no princípio de que a máquina social não se sustentaria sem que existissem hierarquias, elas compunham o processo produtivo e reprodutivo:

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquias e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores (MÉSZÁROS, 2002, p. 271, grifo do autor).

As evidentes condições de dominação e hierarquia sob as quais as famílias se estabeleciam são, portanto, os primeiros fundamentos da opressão feminina. A família, enquanto unidade que compõe o capital – macrocosmo, reproduz em seu interior um sistema de dominação e controle com o mesmo autoritarismo que, por sua vez, demonstrou-se muito mais cruel para as mulheres. Em acordo com ela, o capital desenvolve outras instituições para reproduzir esse mesmo sistema de valores, como as igrejas e as escolas.

Dentro desse contexto, Kollontai emerge como uma força que irá motivar e se voltar para a representatividade da mulher. Como exemplos de sua atuação temos, em 1918, a organização do Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia, do qual nasce o *Genotdel*, organismo dedicado a promover a participação das mulheres na vida pública e nos projetos sociais, nomeadamente à luta contra o analfabetismo.

Em 1920, Kollontai fica responsabilizada pela organização de mulheres do partido. Ocupa, ainda, o posto de comissária do povo para a Segurança Social, promulgando decretos para a proteção e a segurança da maternidade e da infância. Desde o ano anterior, Kollontai tinha aderido à chamada Oposição Operária, com Shlyapnikov, Kiselev e Medvedev. E em 1921, coincidindo com o X Congresso do Partido, Kollontai escreve um opúsculo com esse mesmo título, em que expõe as posições dessa tendência no interior do Partido Bolchevique, alertando contra os “perigos de degeneração burocrática que ameaçam” e propondo o controle operário das instituições.

No mesmo período, ela escreve *A nova mulher e a moral sexual* (1918), em que chama atenção para a importância da reestruturação das bases econômicas e para a transformação da nova mulher. Mas, quem seria essa nova mulher? Segundo Kollontai (2011, p. 21):

Mesmo, porém, que na nova mulher pertencente à classe operária a luta pela afirmação de seu direito e de sua personalidade coincida com os interesses de sua classe, as mulheres do novo tipo pertencentes a outras classes sociais têm necessariamente que se defrontar com um obstáculo: a ideologia de sua classe, que é hostil

à reeducação do tipo de mulher. No meio burguês, a insurreição da mulher adquire um caráter muito mais agudo e os dramas morais da mulher do novo tipo são muito mais vivos, têm mais colorido, oferecem maiores complicações.

Essa nova mulher é apresentada em seu conto “Irmãs”, que iremos analisar no próximo momento. Alguns pontos são interessantes de adiantar, como é o caso da narrativa. No conto, temos em sua narração evidências de como todos os processos econômicos culminaram na modificação dos personagens que formam um casal que havia se conhecido em 1917 e, ao fim de um ano, já com um filho, resolveram oficializar a relação, até então baseada em muita cumplicidade e companheirismo: “parecia que nada seria capaz de perturbar seu amor. Eram, não só marido e mulher, mas camaradas. Andavam pela vida de mãos dadas” (KOLLONTAI, 2011, p. 137).

Enfim, no momento histórico vivenciado por Marx e Engels, bem como por Kollontai, à época da Revolução Russa, o casamento constitui, no contexto burguês, um instrumento de reprodução e permanência dos modos de produção capitalista. Em outras palavras, a família burguesa é uma unidade do capital, pois em seu interior se reproduzem princípios que, por sua vez, estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista: o patriarcalismo, a propriedade privada, a supressão da liberdade dos sujeitos e a posse.

A mulher, portanto, não passava de instrumento de reprodução biológica, em que seu papel natural era o de gerar os filhos, a maternidade; e instrumento de reprodução social, no sentido de que, ao ser responsável pela educação e pelo cuidado dos filhos, transmitia essa imposição social, especialmente na formação das filhas. As mulheres herdavam esses papéis de suas mães e avós, e os transmitem à medida que se casam. No entanto, o combate a esse tipo de padrão de família e de submissão das mulheres era um dos objetivos das lutas de Alexandra Kollontai.

O conto “Irmãs” à luz dos pressupostos de Kollontai

Os conflitos dessa nova mulher e a necessidade de voltar às discussões para a questão feminina decorrem do resultado da opressão que o sistema acabou por condenar as mulheres, como já apresentado anteriormente. E são as dificuldades e descaracterização das relações que as personagens encontram no conto “Irmãs”, a qual Alexandra Kollontai concentra seu pensamento revolucionário em uma realização estética e temática bem delineada.

No conto, observamos que os pressupostos da autora, presentes no seu estudo *A nova mulher e a moral sexual* (2011), estão concretamente inseridos, de maneira orgânica, na prática social literária de Kollontai, ou seja, a arte, por meio do conto, será capaz de nos apresentar um mundo próprio com personagens e uma trama autêntica e não alienada, em que, como nos coloca Cotrim (2016, p. 113), “a arte e a literatura podem questionar uma ordem social injusta sem violentar sua especificidade estética por meio da inclusão de argumentos teóricos ou máximas tendenciosas”.

Para isso, adentramos a três de seus princípios que entram em consonância com a construção do conto e que nos ajudarão a compreender a estética de Kollontai. O primeiro princípio refere-se à noção do *amor-camaradagem*. Em “Irmãs”, o enredo gira no surgimento e, posterior, queda de um relacionamento que, a princípio, não se mostra apenas com a alcunha amorosa-sexual, mas é de extrema cumplicidade, sentimento que Kollontai relaciona ao princípio da camaradagem. Sobre este, afirma:

O ideal do amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos, na arte de saber respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas (KOLLONTAI, 1978, p. 127).

A relação afetiva narrada nasce, justamente, na efervescência da Revolução de 1917, que agitava o país, onde o desejo de luta e justiça

agarrava-se no espírito desses jovens: “ambos haviam estado em seus postos durante as jornadas de outubro... No fogo da luta, entre o ranger das metralhadoras, seus corações se encontraram” (1978, p. 136). É em prol de um sentimento maior de coletividade que floresce o sentimento desse casal, e será, justamente, pela perda da empatia no coletivo que tal relação irá se autodestruir.

No conto, o romper desse amor-camaradagem se dá à medida que o casamento, declarada instituição burguesa, se assenta no cotidiano desse jovem casal. O trabalho feminino fora do lar passa a ser depreciado pela parte masculina, que ao ser promovido no trabalho, se autoproclama o provedor mor da família: “o marido se sentia orgulhoso de poder atender agora sua família com o necessário. Propôs que ela deixasse o trabalho. Mas ela não queria. Estava acostumada com o trato dos camaradas e familiarizada com o seu trabalho” (2017, p. 137). Como Kollontai esclarece, a moral proletária estabelece que tudo se dê para a edificação do sentido de coletividade, mas vemos, no conto, que tal ideal se desestabiliza em benefício para a moral burguesa, tudo para o homem amado.

No decorrer do conto, a vida conjugal, que antes era de extrema parceria, se desfalece ainda mais. A união legalizada que, em tese, deveria reforçar os laços de afetividade, rompe-os gradativamente. Sobre o matrimônio, Kollontai enfatiza que ao “proletariado é indiferente que o amor tome a forma de uma união estável ou que não tenha mais importância que uma união passageira. A ideologia da classe operária não pode fixar limites formais do amor” (KOLLONTAI, 1978, p. 125). Dentro dessa união estável, vemos o adentro progressivo dos ideais da classe burguesa, em destaque o desprezar da solidariedade de espírito do homem para com a mulher:

Uma vez falei com ele: aborreceu-se e disse que eu o atormentava com bobagens femininas, sabendo que estava enrascado até as orelhas nos negócios, de tal modo que não lhe importavam todas as mulheres, inclusive eu [...]. Apesar de me beijar, não perguntava o que se passava comigo... Assim vivíamos cada qual para si. Calando. Ele tinha suas preocupações, seus aborrecimentos...

E eu os meus... Até que sofri uma grande dor com a perda de minha filha. E pouco antes havia sido despedida (KOLLONTAI, 2011, p. 141-142).

A situação se agrava definitivamente quando os vícios adentram essa relação. O álcool torna-se elemento recorrente na vida do homem junto à presença de outras mulheres. Entra na equação matrimonial outro elemento que perfaz a moral burguesa: a luxúria. Perde-se, no decorrer do relato, a atração sadia, natural e sem perversões dos sexos na lógica proletária, as múltiplas sensações do amor-camaradagem em troca do prazer fácil, do ato sexual num fim em si mesmo.

Acerca da luxúria, Alexandra Kollontai (1978, p. 126) é enfática na urgência em combatê-la mais do que fazia a moral burguesa, uma vez que, dentre muitos motivos:

A luxúria está em contradição com os interesses da classe operária [...] este amor tem por base a desigualdade de direitos entre os sexos nas relações sexuais; ou seja, está baseado na dependência da mulher em relação ao homem, na vaidade ou insensibilidade do homem; o que afoga necessariamente toda a possibilidade de experimentar um sentimento de camaradagem.

É essa mesma urgência que faz a protagonista do conto sair do seu espaço de resignação, que há muito mantinha a favor de reascender o sentimento de camaradagem, agora não mais com o seu marido, mas com sua semelhante em gênero e condição na sociedade. Uma das partes mais belas da narrativa e clímax da história é o encontro entre a protagonista e a mulher que dormiu com seu marido, em sua casa. O momento que era para ser um típico embate entre mulheres subverte-se num aceno de mútua compreensão e empatia de ambas as partes. À protagonista não cabe apenas a raiva pela humilhante situação, pelo contrário, o trecho é permeado por uma extrema sensibilidade e um sentimento de solidariedade que une essas duas mulheres em situação de subordinação.

Quando estava na cama atormentada por meus pensamentos, havia sentido raiva dela, mas essa cólera mudava agora e se voltava contra meu marido. Como se atrevia a explorar assim a desoladora situação de uma mulher? Ele, um operário consciencioso, com senso de responsabilidade e ocupando um cargo de confiança!... Em vez de ajudar uma camarada sem trabalho, compra-a! Compra seu corpo para obter prazer!... Isto me era tão repugnante que imediatamente pensei: “Com um homem como esse não posso continuar por mais tempo!” (KOLLONTAI, 2011, p. 145).

Ao contrário do senso comum, a traição não se torna o motivo principal da dissolução do casal: “Não me molesta que tenha trazido uma prostituta para casa, o que me incomoda é que venha num estado tão bestial” (2017, p. 141), brada a personagem em certo momento. A ruptura da relação não se assenta no ultraje à moral individual da protagonista, mas na perda de algo simbólico maior, na incapacidade de manter os laços fraternos que unem o ideal dessa sociedade, no não reconhecimento dos valores do proletariado que uma vez vira nesse homem e que se perdeu no seu regresso à solidão moral do regime burguês.

Outro momento no conto que exemplifica como as transformações da sociedade influenciam a relação, é quando o marido entra para o combinado,¹ o dinheiro iria lhes prover mais benefícios, e ele chegou a propor que ela saísse do trabalho. No primeiro momento, ela recusou, gostava da sensação de independência, mas as sequências que nos são apresentadas culminam na ruptura total da compreensão que tínhamos desse casal, como podemos ver no trecho a seguir:

Antes só bebia de vez em quando, em dias de festa. Durante a revolução, o trabalho era intenso não deixava tempo para pensar em álcool..., mas, agora, começou a beber realmente. A primeira vez que voltou para casa embriagado, ela assustou-se, mas não se afligiu;

¹ *Kombinat*: empresa que pertence em parte ao Estado e em parte a proletários particulares.

pensou: contanto que não lhe faça mal, contanto que seu prestígio não sofra por causa disto. Na manhã seguinte lhe fez recomendações, mas ele permaneceu inalterável, tomou de pé seu chá – estava com pressa – e não disse uma palavra; foi-se sem responder. Pensou, porém, que sem dúvida, como a coisa o aborrecera, ficara calado. Apenas haviam se passado três dias quando voltou de novo embriagado para casa. Isto lhe causou grande tristeza e inquietude... De noite teve problemas com ele... Era desagradável. Mesmo quando se trata do homem amado não deixa de ser repugnante... No dia seguinte, quis falar com ele, mas mal havia começado, ele a olhou de uma maneira tão irritada e hostil que não se atreveu a pronunciar uma palavra (KOLLONTAI, 2011, p. 138).

Deparamo-nos com os excessos de seu marido e com a inércia da parte dela de pensar em pedir para que ele mudasse de emprego, já que o dinheiro faria falta. Assim, a relação conjugal deles era basicamente determinada pela necessidade e influência que o capital tinha em suas vidas. O casal apaixonado e camarada dava lugar a dois completos estranhos. Até que os cortes orçamentários afetam a mulher e ela acaba na iminência do desemprego, mas, segundo seu marido: “assim era melhor, ela poderia ficar em casa com mais frequência e melhorar os serviços domésticos” (p. 139).

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998, p. 29) explicam:

Para o burguês, sua mulher nada mais é que um instrumento de produção. Ao nos ouvir proclamar a necessidade de os instrumentos de produção serem explorados coletivamente, só podem concluir que o processo coletivo será extensivo às mulheres. Não se dão conta de que se trata exatamente de acabar com a situação da mulher como mero instrumento de produção. [...] O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas. No máximo, poderiam acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres, hipócrita e dissimulada, por outra que seria franca e

oficial. De resto, é evidente que, com a abolição das relações de produção atuais, a comunidade de mulheres que deriva dessas relações, isto é, a prostituição oficial e não oficial, desaparecerá.

Dessa forma, se no progresso do conto vemos a ruína de um amor que se pautou aparentemente na ideia de camaradagem, Kollontai ainda abre espaço para uma partilha maior, a luta feminina e o não esmorecer da tomada de consciência da mulher, assim, quem sabe, haja um renovar do amor-camaradagem, agora mais resistente perante as intempéries sociais circundantes. Por sua vez, nada disso seria possível sem a exímia construção da personagem protagonista, a qual se liga a outro princípio exposto por Kollontai, a *mulher celibatária*. Sobre esse conceito, a autora disserta:

A mulher moderna, a mulher que denominamos celibatária, é filha do sistema econômico do grande capitalismo. A mulher celibatária. Não como tipo acidental, mas uma realidade quotidiana, uma realidade da massa, um fato que se repete de forma determinada, nasceu com o ruído infernal das máquinas da oficina e da sirene das fábricas [...]. O tipo fundamental da mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade. Ao mesmo tempo em que se experimenta uma transformação das condições econômicas, simultaneamente com a evolução das relações de produção, experimenta-se a mudança no aspecto psicológico da mulher (KOLLONTAI, 1978, p. 13).

A autora defende que a mulher celibatária tem a consciência de sua própria personalidade. A mentalidade desse novo tipo de mulher é necessariamente forjada nas camadas profundas da sociedade, à luz das mudanças e adaptações provenientes do modo de vida capitalista. Logo, pertence à mulher celibatária o espírito do protesto e a consciência dos seus direitos, o que destrói velhos princípios, nos quais seu sexo se assentava em prol de novos valores morais e sexuais.

De olhos vivos e tristes, quando adentramos o conto, encontramos a protagonista já fora do amparo do lar, fortificando-se perante a dor da perda da filha e do abandono do marido, readaptando-se à inevitável participação da mulher na vida econômica e social em busca de emprego: “Venho vê-la porque não sei onde refugiar-me... Há três semanas que estou sem moradia... Não disponho de dinheiro para viver... Dê-me trabalho! Pois, do contrário, não me resta mais que um recurso: a prostituição” (KOLLONTAI, 2017, p. 135). Contudo, essa ligação da protagonista com os traços característicos da mulher celibatária, analisada por Kollontai, não seriam suficientes se não viessem embasados numa realização literária pujante.

O conto é construído de maneira que há sempre alusão ao ideal de sororidade. Como destaca Marcia Tiburi, no prefácio do livro *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas* (2016), a rivalidade feminina é um mito criado e que é próprio da ideologia da dominação masculina, que coloca essa rivalidade como algo naturalizado e tradicional para manutenção do poder patriarcal. Ou seja, a união feminina é um mal que se precisa evitar para que a ordem continue estabelecida e não seja questionada. Sendo assim, as mulheres naturalmente não podem estabelecer laços de irmandade e ajuda mútua por serem eternas rivais (TIBURI, 2016, p. 7).

Nesse sentido, a narrativa concentra-se na perspectiva feminina, marcando o encontro da protagonista com a mulher a quem recorre à procura de ajuda depois da sucessão dos acontecimentos: “Veio ver-me, como tantas outras, para pedir-me conselho e apoio espiritual” (KOLLONTAI, 2017, p. 135). Desse encontro surgirá o relato da personagem, contada ora pela perspectiva da mentora, ora pela protagonista, o que confere o reforço no tom de confiança, seja para a espécie de mentora ou para nós leitores: “Temia mais do que nunca a dependência de meu marido. Nossa vida em comum se tornou mais e mais difícil; tornamo-nos mutuamente estranhos. Vivíamos em uma mesma casa sem saber nada um do outro” (KOLLONTAI, 2017, p. 141).

Sobressai-se, ainda, o fato de os personagens não serem identificados por nomes ou características físicas específicas, em especial,

a protagonista do conto. Projeta-se um esforço evidente de coletivo defendido por Kollontai. Não há um espaço de singularidade da personagem, o seu martírio é o reflexo das mesmas dores de milhões de mulheres que se encontram na condição de opressão do sistema. Não à toa, a imagem que se forma perante o fatídico encontro no conto é a da dor refletida em ambos os olhares: “Levanta os olhos e neles há tanto sofrimento que eu mesma sinto a dor” (KOLLONTAI, 2017, p. 144), que se resvala, no fim, nos laços de irmandade:

Como se a ela me unisse algo indissolúvel... É que era tão desgraçada, tão jovem e se achava tão só. Vesti-me e a acompanhei. Andamos longo tempo, sentamo-nos no parque e conversamos. Conte-lhe minhas penas... Tinha ainda na bolsa o dinheiro do pagamento recebido quando fui despedida... Persuadi-a de que devia aceitá-lo. A princípio, negou-se, mas, afinal recebeu-o sob a condição de que eu me dirigiria a ela em caso de necessidade... Separamo-nos, assim, como irmãs... (KOLLONTAI, 2011, p. 145).

A visão de Kollontai acerca de sua protagonista vincula-se ao seu próprio princípio sobre a *nova mulher na literatura*, ligado, inevitavelmente, à ideia da mulher celibatária. Longe de ser um simples reflexo do homem, dotada de um mundo interior próprio, essa nova mulher se afirma perante o sistema que aprisiona o seu sexo, uma vez que, na literatura, reflete não mais o predomínio do sentimento.

A realidade contemporânea, que arrastou a mulher à ativa luta pela exigência, exige, antes de tudo, a ciência do saber vencer os seus sentimentos e os numerosos obstáculos de ordem social que se interpõem no seu caminho, assim como a capacidade de fortalecer o seu espírito pouco resistente, o seu espírito que cede com demasiada facilidade por meio da vontade. Para conservar os seus novos direitos conquistados, a mulher tem que realizar um trabalho de autoeducação, muito mais profundo que o do homem (KOLLONTAI, 1978, p. 82).

Tal realidade assenta-se à vida da protagonista, que reflete a de inúmeras mulheres. Há a consciência da dignidade do trabalho, do sentimento de camaradagem ao proletariado, da necessidade de continuar mesmo em situações tão adversas, como a perda da filha. Principalmente, não cabem mais as sensações de ciúmes, vingança e rivalidade feminina. Dissolve-se esse quadro na defesa da demonstração de “delicadeza e compreensão para com a outra mulher, para com a rival” (KOLLONTAI, 1978, p. 84), e fortalece-se o sentimento de empatia na alma feminina.

Assim, criam-se, dentro da literatura, novas figuras heroicas, que longe de reivindicarem a propriedade do seu amor, estabelecem formas de composição de personagens femininas com valores próprios, não fugindo à luta à luz da práxis social: “Foi-se, mas seu olhar me perseguia. Este olhar exige uma resposta, estimula à ação, ao trabalho construtivo, mas também à luta” (KOLLONTAI, 2011, p. 146).

Podemos dizer que Kollontai foi um guia para si e para outras mulheres. Esse processo de libertação estava para além de atravessar as portas do lar e conquistar seu próprio sustento, mas de provar que sua existência possui um significado muito maior. Superar as tentações e prisões que o amor lhe submetia, não consistia em nada menos que lhe impor prioridades. Não se tratava de lhe reprimir sentimentos ou desejos. A autora foi livre para estar com quem estava. Mas, seu ímpeto de realizar-se nos movimentos de luta era muito maior. Seu desejo de dissolver – na medida de suas forças – as desigualdades sociais que assistia desde pequena lhe promovia um sentimento de protesto devastador.

Os conflitos dessa nova mulher e a necessidade de voltar as discussões para a questão feminina decorrem da opressão que o sistema acabou por condenar às mulheres. E são essas as dificuldades e a descharacterização das relações que as personagens encontram no conto: a esposa que renunciou ao amor para aceitar o marido levar mulheres em sua casa e dizer: “Pode ir buscar um homem como eu! Dou-lhe de comer, visto-a, atendo a todos os seus desejos... Você não tem o direito de condenar-me!... Para fazer negócios terá que viver assim” (KOLLONTAI, 2011, p. 140-141).

Ao pensarmos no jogo que sustenta o modo de vida burguês, nos deparamos com a fonte de suas próprias contradições. O desejo de manter a honra das mulheres aprisionando-as ao casamento vincula-se especialmente ao objetivo de garantir e prover filhos legítimos. Para isso, era muito mais necessário garantir a fidelidade feminina recolhendo as mulheres no ambiente familiar, como pudemos ver no trecho citado anteriormente.

Desse modo, os laços das famílias burguesas não eram construídos e nutridos pelo amor, mas por interesses que dizem respeito à sua classe: manter a família como microrganismo do capital. Enquanto isso, a prostituição existia silenciosamente e longe da família, constituindo-se também como instrumento de manutenção do modo de produção capitalista. Ademais, a prostituição coloca as mulheres em posição de oposição, ao mesmo tempo que ambas coexistem nesse universo patriarcal que escraviza a mulher, seja pelo casamento, seja pela mercantilização dos corpos femininos.

É, senão, mais uma forma de exploração das mulheres. Mulheres estas que se rendem a tal condição pelo medo de uma vida miserável, pela segurança e proteção que o Estado não lhes garante. Portanto, as raízes do imperialismo são muito mais profundas. Não há como debruçar-se e dedicar-se a um projeto feminista sem articulá-lo com um projeto marxista, que é, por sua vez, a proposta de Kollontai.

Voltemos os olhares para essas mulheres. Quando elas se encontram, o distanciamento e a partilha compõem esse cenário:

Ouço-os cochichar... não dormem... A voz da mulher soa mais alto, como se o reprovasse. Será talvez sua amiga, e a enganou dizendo-lhe que não era casado? Está, talvez, negando agora? Imaginei tudo, remoendo e sofrendo... Quando na vez anterior, em sua embriaguez, trouxe consigo uma prostituta, não me atormentei tanto, embora confesse que também foi amargo... agora tinha a certeza de que já não me amava! Nem sequer como companheira, como irmã... A uma irmã teria respeitado, não teria traduzido mulheres para casa... E que mulheres... apanhadas na rua! Certamente esta é

também do mesmo caráter! E logo senti uma raiva tão grande que teria sido capaz de correr para o quarto e expulsá-la de casa empurrando-a com minhas próprias mãos (KOLLONTAI, 2011, p. 143-144).

O que observamos é o olhar de raiva e de completa repulsa de uma mulher para outra mulher. O momento da partilha é antecedido pelo estranhamento e pela crítica, quando, na verdade, as duas personagens encontram-se sob a mesma égide do sistema que as aprisiona. E, aqui, verificamos o processo de enclausuramento das mulheres da classe proletária, que, enquanto trabalhadoras, são exploradas triplamente: nas fábricas, na prostituição e em seu próprio lar.

Quando essas duas mulheres partilham e se tocam, é o ápice do conto. É possível compreender que a busca pela liberdade passa pelo olhar de ternura das outras mulheres, do entendimento de que ambas se encontram submersas nesse sistema. Para finalizar, apresento o momento em que, após a cumplicidade, com a troca de experiências, ambas desatam os nós:

No dia seguinte, mudei-me para a casa de uma amiga. Em seguida, comecei a procurar trabalho. Estou procurando há três semanas, mas não vejo nenhuma possibilidade de achá-lo. Quando, há alguns dias, me dei conta de que não podia permanecer por mais tempo na casa de minha amiga, procurei a moça que meu marido havia trazido pra casa da última vez [...]. Foi-se, mas seu olhar me perseguia. Este olhar exige uma resposta, estimula à ação, ao trabalho construtivo, mas também à luta (KOLLONTAI, 2011, p. 146).

Com isso, seria necessária uma transformação no modo de conceber o amor entre homens e, principalmente, mulheres. A transição para uma sociedade socialista seria nada menos que a passagem para a vivência de uma nova forma de amor e de sua inteira expressão em comunidade. Ao longo dos séculos, o amor assumiu inúmeras versões no desenvolvimento da humanidade. Na proposta de Kollontai – com

uma nova sociedade socialista –, teríamos, portanto, formas novas de vivenciar o amor até então nunca vividas pelos homens.

Referências

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. Autobiografia de una mujer emancipada. Tradução de Elena Herrero e Juan del Solar. 3. ed. Barcelona: Fontamara, 1978.

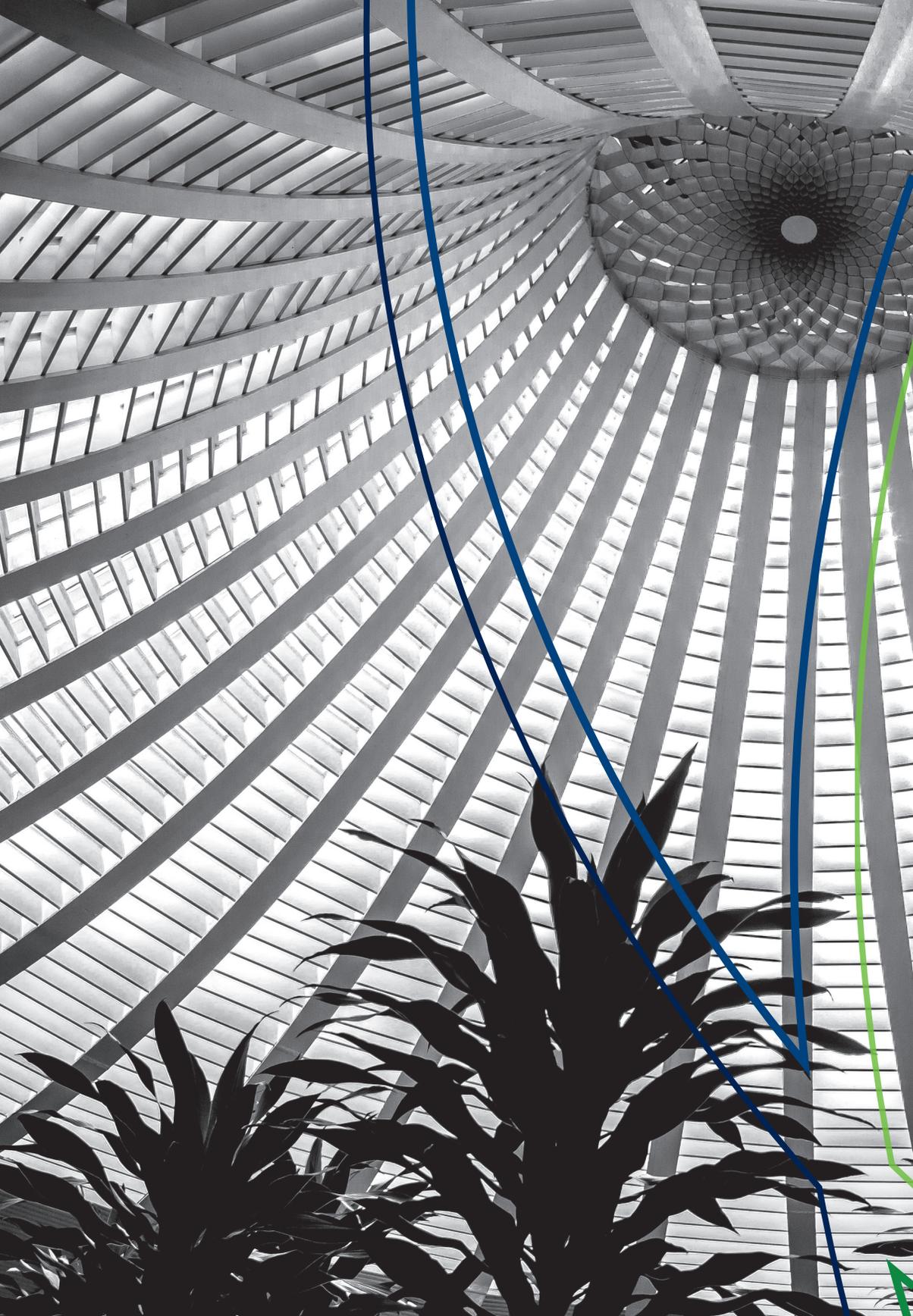
KOLLONTAI, Alexandra. Irmãs. *A nova mulher e a moral sexual*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Global, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

TIBURI, Marcia. Prefácio. *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galeria Record, 2016.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Literatura, Arte e Feminismos

Este volume reúne trabalhos escritos em um contexto adverso, que enfrentamos com a cuidadosa escrita e preparação de artigos que, agora entregues ao público, expandem os debates que aconteceram no II Encontro Literatura, Feminismos e Revolução, realizado em 2018 na Universidade de Brasília. Organizado por nosso Grupo de Pesquisa Literatura e Corpo, do Programa de Pós-Graduação em Literatura, o tema do encontro de 2018 foi “As caças às bruxas e a ferocidade branca”. Esta obra reúne ainda outras colaborações qualificadas de pesquisadoras de várias instituições do país, as quais integramos numa ampla rede de diálogo que desejamos alargar para pensar questões relativas aos feminismos e aos estudos literários em perspectivas plurais.

Foto ao fundo:

Arquitetura
do Memorial
Darcy Ribeiro
(Beijódromo)/UnB.
Por Júlio Minasi.



EDITORA



UnB